



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº03/2015

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

--Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor João Manuel Alves Gralha, tendo como primeiro secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz e segundo secretário o Senhor César Barros Cardigos, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezassete de Junho de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três - Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2014 termos da alínea i), do nº. 1, do artigo 33º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro;-----

-----Ponto quatro - Apreciação e aprovação da proposta de delimitação da ARU de Atalaia; -----

-----Ponto cinco - Encerramento do Polo de Saúde de Limeiras e do Polo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Saúde de Praia do Ribatejo, conhecimento; -----

-----Ponto seis - Agropecuária Valinho, S.A., Herdade do Colmeiro, Vila Nova da Barquinha, conhecimento; -----

-----Ponto sete - Apreciação e aprovação do Regulamento de Reabilitação Urbana de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto oito – Pedido de renovação de autorização emitida pela Assembleia Municipal, em 26 de Setembro de 2014, procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado (3 postos de trabalho). -----

-----Ponto nove - Pedido de autorização, nos termos do n.º.2, do artigo 47.º. da Lei n.º. 82-B/2014, de 31 de Dezembro, para a abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, uma vez que o anterior concurso ficou deserto.-----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

Manuel da Costa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocência Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequeto Cardoso; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----
Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----
Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
João Filipe Ricardo; -----
Paula Alexandra Vieira Duarte; -----
Manuel de Oliveira. -----

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhe Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Devido à ausência do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informado por escrito, foi substituído nesta sessão pelo 1º Secretário João Manuel Alves Gralha. (nos termos do nº3, do artigo 46º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

Neste momento o Senhor Deputado João Gralha solicitou um minuto de silêncio em memória do ex-Deputado Municipal e ex- Vereador, Senhor Francisco Sousa. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Não sei se está aqui mais alguém que esteve na Assembleia com o Senhor Francisco Sousa, foi uma pessoa que tive pena que tenha falecido, foi uma pessoa que às vezes parecia um pouco chato, “pica miolos”, mas era uma pessoa que se interessava pelo concelho. O Senhor Francisco vinha para aqui chatear as pessoas no bom sentido. Eu, cheguei a fazer uma coisa curiosa com ele, que não cheguei a fazer com mais ninguém, foi darmos uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “A Lei é de dois mil e treze.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Isto para mim não foi muito claro, isto de algum modo terá a ver com as divigências que existem em relação às contas da Resitejo?.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Esta lei também obriga à transparência dos atos. Na questão da Resitejo o que está em questão é a interpretação de uma norma jurídica, da Lei das Finanças Locais. No fundo é a procura de maior transparência na Administração Pública e Autárquica.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2014, esta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Apreciação e Aprovação da proposta de delimitação da ARU de ATALAIA. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“Isto não é novo para os Senhores Deputados, ainda na última sessão da Assembleia Municipal veio a ARU de Vila Nova da Barquinha e Tancos. Estamos a trabalhar em várias ARU’S, concluímos a da Atalaia que hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é presente a reunião, assim como a sua delimitação. Estamos a trabalhar também na ARU da Praia do Ribatejo. Quando terminarmos esta passaremos para uma ARU restrita do Bairro S. João de Deus e posteriormente para uma ARU restrita da Ponte da Pedra. Este é um documento essencial para as candidaturas a fundos comunitários no âmbito da regeneração urbana e temos de fazer o trabalho de casa antes de fazer os respetivos avisos de abertura. Isto é uma possibilidade de candidaturas a fundos comunitários, no âmbito da regeneração urbana e só podem ser financiados aquelas áreas que estiverem delimitadas.” --

Neste ponto interviram os Senhores Deputados: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

“Eu li o documento e acho que em termos de caracterização de algumas coisas, como a recuperação da Fonte da Atalaia, histórica, localizada ao pé da casa do Senhor Presidente da Assembleia não está contemplada na ARU, uma recuperação que se fala a muitos anos e nunca foi recuperada, pois recuperada tinha o seu valor. Há aqui também a proposta de revalorização e recuperação de outros espaços na Atalaia que precisam e que dão de fato outra beleza à Freguesia da Atalaia. Há uma área na nossa freguesia que não é abrangida, isto no fundo o que vai acontecer é que a parte de cima da Atalaia Até à Rua da Fortaleza vai ser abrangida, ou seja, a Rua do Moinho não está abrangida nesta ARU? Então vamos deixar essas pessoas que até têm problemas de esgoto fora desta delimitação? Não podemos inserir na delimitação ou isto tem a ver com o PDM? Há aqui uma questão na delimitação, na página sessenta e um «...torna-se necessário requalificar e reabilitar esta área através da reabilitação de edifícios, dos espaços públicos e das próprias dinâmicas urbanas, entendendo o tecido urbano da Atalaia como uma estrutura inter independente que deverá ser gerado e utilizado por pessoas. A sua sobrevivência será sempre condicionada às diferentes dinâmicas internas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que compõem o conjunto edificado...», depois tem um parágrafo a seguir que não sei se faz sentido, ou se não sei ler «...assim qualquer intervenção deverá pressupor a reabilitação formal e funcional de toda a vila, num contíguo urbano de modo a evitar roturas morfológicas, que conduzam à marginalização da rua principal, torna-se assim necessário expandir a sua fundamentação de reabilitação e preservação do edificado, não deixando inclusive que a vila seja descaraterizada e que a qualidade do ambiente urbano se degrade...» e depois volta outra vez a falar da vila. Estes dois parágrafos era de outro lado ou será que estou a ver mal, ou era na altura em que a Atalaia era Vila? Outro parágrafo também fala em vila «...tendo em conta a caracterização da área de reabilitação proposta, verifica-se que existem problemas a ultrapassar, que interferem com a qualidade do ambiente urbano. A proposta de delimitação que se apresenta integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a identidade da vila não se perca ou sofre descaraterizações...».

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.

“Estes problemas da ARU já todos entendemos o que se pretende, mas por pouco temos todo o concelho envolvido numa ARU, provavelmente o nosso concelho deveria estar englobado num todo numa ARU, talvez assim se conseguisse melhorar as condições de vida, que tal como todos sabemos, apesar de muito trabalho que tem sido feito ao longo dos anos, nós vimos que os índices para o nosso concelho continuam a ser maus. Não sei o que é que há aqui que falha, se é a informação para quem faz estes rankings. Vimos ainda, que neste último ranking dos melhores concelhos para viver, Vila Nova da Barquinha, fica nos últimos lugares. Há aqui qualquer coisa que não joga bem. Eu não sei será através da regeneração urbana que nós vamos conseguir melhorar as condições para obtermos uma melhor classificação neste itens. Ao ler o documento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também achei interessante focar algo que acompanho mais ou menos que é o Caminho de Santiago. Em vários locais onde temos participado em caminhadas verifico a existência de placas indicando esse caminho. Sendo o nosso concelho atravessado por muitos peregrinos, não sei se não seria interessante também marcar com placas esse mesmo caminho, porque cada vez há mais peregrinos perdidos em algumas zonas com dificuldades para seguir o caminho.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte.** -----

“Para além das questões que o meu colega de bancada já referiu eu queria aproveitar para fazer outras questões. A localização e o enquadramento histórico estão muito interessantes e muito bem feito, sendo eu uma suspeita na área. Há que dar uma palavra quando as coisas estão bem feitas. Todo este enquadramento histórico tornou este documento à semelhança de outros que são muito difíceis e entragáveis de ler, e para quem não é de contabilidade ler os mapas é tudo muito complicado e de repente chegar aqui a um documento destes é uma lavagem porque está muito interessante. Eu não sei se este documento está no site da Câmara, sei que foi muito em parte tirado de um blog do Senhor Presidente mas todo ele está muito bem elaborado e seria muito interessante estar disponível no site. -----

Posto estas palavras de reconhecimento por este trabalho questiono o seguinte sobre os fundos comunitários. Como ultimamente se percebeu que através das informações que os fundos comunitários têm vindo a mexer gostaria de saber se há alguma coisa sobre este assunto para tentar perceber da parte do Município se há algum feedback. Estes fundos comunitários são muito importantes para estas ARUS e se de fato o que tem vindo a chegar correspondesse com os montantes esperados era um bom incentivo às ARUS para começar-se a fazer algum trabalho. No final da delimitação das ARUS gostaria de saber quem vai ficar a gerir,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se será a Câmara a gerir, organizar, delimitar e a vigiar as ARUS ou se será constituída alguma sociedade à semelhança do que já aconteceu em outros locais, as chamadas SERUS.” -----

Tiveram como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte:

“Quanto à questão do Senhor Deputado João Filipe Ricardo tem a ver com a questão da delimitação, porque não área a, b ou c. É uma questão de apreciação técnica. Houve a preocupação de ser homogêneo. Foi feito o levantamento de caracterização em termos de conservação, consolidação dos imóveis caso a caso, que faz parte do próprio projeto. Em termos técnicos, foi avaliado pelos serviços de urbanismo a delimitação da ARU. A ARU tem de seguir algumas regras de registos prediais. Por exemplo, na rua S. Luís, foi enviada uma proposta à Junta de Freguesia da Atalaia para se pronunciar assim, como passar a incluir a Rua D. Afonso Henriques que também se encontra degradada e que já vem neste mapa. Se houver alguma nova sugestão cá estaremos para alterar. Aliás, há relativamente pouco tempo, fizemos uma alteração para englobar a cerâmica “Moinho de Vento” por saber-se que havia um particular que queria intervir no espaço. Estamos a falar de documentos que não são estanques. A qualquer momento pode vir a esta assembleia nova proposta para fazer a respetiva alteração. Há uma apreciação técnica, vale o que vale, e está sujeita a críticas, mas reitero que estamos perante documentos dinâmicos, sujeitos a sugestões e alterações se for necessário. -----

Quanto à questão do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. Esta é uma questão que já tem protocolo assinado, neste momento estamos só à espera resposta do Drº Pedro Machado que faça o respetivo procedimento, ajuste direto, para se marcar os caminhos de Santiago. Foi uma promessa que ele me fez no ano passado na Câmara Municipal de Tomar, juntamente com Vila Nova da Barquinha, Ferreira do Zêzere,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

marcar os caminhos. Isto é uma parceria que a Câmara tem com o Turismo do Centro. Recentemente, mandei-lhe um email sobre este assunto, estou a aguardar resposta. -----

Em relação aos fundos comunitários ainda está uma grande confusão. É a realidade. Para terem a noção há dois dias fui à CIMT negociar com a CCDR Centro algumas medidas de investimento. É público e notório que o POSEUR está a levantar questões de legalidade e parece que deve de ser devolvido a Bruxelas. Estamos em dois mil e quinze e os quadros comunitários são de dois mil e catorze. Na regeneração urbana, como não entra na ITI provavelmente muito em breve, segundo nos informou a CCDR Centro, vão abrir concursos para a regeneração urbana. Aquilo que é relevante para o Município de Vila Nova da Barquinha, numa visão não municipal, mas intermunicipal, foi a negociação, está marcada nova ronda para negociação com a CCDR Centro, na nova filosofia que é a co-governança, co-negociação, ou seja, tem de haver sempre contrapartidas e vantagens, daí as negociações. -----

As SERUS num território tão pequeno não faz sentido, isso trazia outros complexos, outras dinâmicas nomeadamente em terrenos de gestão que felizmente ainda conseguimos resolver com meios próprios. Enquanto for presidente da câmara faremos nós a própria gestão.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à delimitação da ARU de ATALAIA, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS. -----